

Extração ilegal de mogno devasta AM

CARLOS MENDES

BELÉM – A extração ilegal de mogno em reservas indígenas ou de preservação ambiental no sul, sudeste e oeste do Pará está produzindo um quadro devastador na floresta amazônica, já castigada por queimadas e derrubadas de outras espécies nobres de madeira. De acordo com estimativas de entidades ambientalistas, madeireiros e fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cerca de U\$\$ 300 milhões são apurados anualmente com a extração clandestina de mogno exportado para a Europa, Estados Unidos e Ásia.

Mas os índios das tribos caiapó, xicrin, arara e assurin são os que menos lucram com isso. Segundo o cacique Megaron, um dos líderes dos caiapós, um índio recebe R\$ 50,00 para permitir a derrubada de uma árvore de mogno com mais de 40 metros de altura. Depois de cortada, essa mes-

ma árvore é dividida em toras que chegam a valer até R\$ 2,1 mil no mercado internacional. Cada tora tem 3,2 metros cúbicos. O metro cúbico do mogno é cotado a U\$\$ 750. “Os índios devem cobrar mais dos madeireiros”, diz Megaron.

Blitz – Na semana passada, fiscais do Ibama de Brasília e do sul do Pará, durante blitz apoiada por agentes da Polícia Federal, constataram irregularidades em 12 madeireiras da região. Nenhuma conseguiu comprovar o origem do mogno estocado em seus pátios. Em Redenção, os fiscais localizaram 15 mil metros cúbicos escondidos numa área próxima a uma das aldeias dos caiapós. Segundo o presidente do Ibama, Eduardo Martins, em três grandes madeireiras de Redenção os fiscais encontraram inventários de plano de manejo falsificados. Um mateiro e um cortador de mogno ganham apenas R\$ 7,00 diariamente para fazer o serviço.